



Circunscrição de Bom Jesus da Lapa/BA
Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Jean Karlo Woiciechoski Mallmann – Oficial de Registro



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada que, consultando o arquivo e o sistema informatizado deste **Ofício de Registro de Imóveis de Bom Jesus da Lapa/BA**, os **Livros 2-BF, fls. 74; Livros 2-BL, fls. 184; Livro 2-BV, fls. 128, 129, 130, 131**, encontrei o registro do teor seguinte, sendo o inteiro teor digitalizado da **Matrícula nº 12.281**, deste Ofício, conforme segue em anexo.

Era o que continha o referido registro. Nada mais. Dou fé. Pedido nº 18757, datado de 10/06/2020. DAJE: Emissor 9999, Série 025, Número 649112, Valor R\$ 84,72. **Requerente: CODEVASF, CPF: 00.399.857/0001-26. Certidão emitida às 15:54 de 17/06/2020.**

A presente certidão é expedida mediante requerimento da parte interessada e sua autenticidade poderá ser confirmada na página da internet do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ/BA), no endereço "<http://eselo.tjba.jus.br/>", por meio do selo digital descrito abaixo. O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, conforme art. 1º, inc. IV, do Decreto Federal nº 93.240/86, e art. 829 do Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado da Bahia (CNP-BA).

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR POSITIVA DE ÔNUS

CERTIFICO que a presente certidão é autêntica e extraída do registro original arquivado nesta Serventia, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 6.015/73. Esta certidão constitui o inteiro teor da Matrícula do imóvel, cujo(s) ônus real(is) e/ou ação(ões) real(is) e pessoal(is) reipersecutória(s) que grava(m) o imóvel é(são) o(s) seguinte(s):

1 - R-2 – Condição Resolutiva e Inalienabilidade CODEVASF.

Divanei da Silva Cardoso
Divanei da Silva Cardoso
Escrevente Autorizada

Divanei da Silva Cardoso
Divanei da Silva Cardoso
Escrevente Autorizada
Cartório Mallmann

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA/BA**

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR COM POSITIVA DE ÔNUS E AÇÕES REAIS E PESSOAIS

CERTIFICO que a presente certidão é autêntica e extraída do original arquivado em cartório, nos termos do art. 19 da Lei 6.015/73. O referido é verdade e dou fé.

Divanei da Silva Cardoso
BOM JESUS DA LAPA - BA



Av. Manoel Novaes, 1586, Centro, Shopping Avenida Center, Salas 1, 2, 3 e 10
CEP 47.600-000 Bom Jesus da Lapa/BA – <http://www.ribomjesusdalapa.com.br>
E-mail: ri.bomjesusdalapa@gmail.com

REGISTRO DE IMÓVEIS

74

LIVRO N.º 2-BF

REGISTRO GERAL

ANO 2000

MATRICULA N.º 12.281

DATA 21/02/2000

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL Um imóvel de

vidente, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, cujos limites e confrontações estão descritos no título original que de imóvel se trata, compreendendo a desmembração de uma área de 56,2757 hectares, representada pelo lote agrícola nº 1330 (antigo LE 34), situados no Perímetro Indígena de Formoso "H", área empresarial, (na município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, cujos limites e confrontações estão cartografados na seguinte poligonal: memorial descritivo, COPEVASE-2º SR-Bom Jesus da Lapa BA, Projeto Formoso "H", Setor Empresarial, lote nº 1330, 1. Forma das Bases: Estado da Bahia; município: Bom Jesus da Lapa - BA; vizinhança: Setor Empresarial; lote: 1330; Área Total: 56,2757 ha, área indígena: 56,2757 ha; 2. Limites e Confrontações: Norte: Com o lote 1332; Oeste: Estrada de Operação e manutenção; Sul: Com o lote 1329; Oeste: Propriedade fazenda Feia; Descrição da Poligonal: A poligonal do lote 1330, cuja origem tem como referência os marcos P-10, P-11 da poligonal básica, implantada ao lado do Canal principal. Início - no ponto P1, com as Coordenadas E = 316486,185 e N = 353979,898. Neste, limitando-se o lote 1329, com azimute de 229°44'44" e distância de 179,802 m chega-se ao ponto P2. Neste, segue limitando-se o lote 1329, com azimute de 270°00'14" e distância de 1.256,799 m chega-se ao ponto P3. Neste, limitando-se com a Propriedade fazenda Feia com azimute de 106°27" e distância de 444,804 m chega-se ao ponto P4. Neste, limitando-se com o lote 1332, com azimute de 90°00" e distância de 1097,860 m chega-se ao ponto P5. Neste, limitando-se com a estrada de operação e manutenção, com azimute de 138°48'39" e distância de 435,689 m chega-se ao ponto P1, ponto de início deste perímetro. 3. Data: outubro/98. 4. Locação: Topografia, Cálculo e Loteamento. 5. Razão do Titular: TO; 2. 6. Engenheiro Civil Carlos Henrique Faria - CREA - 1.907/D-60. 7. Proprietária: A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, empresa pública, criada nos termos da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, inscrita no CGC/IME, sob nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de grandes Áreas Norte, Rua da Boa Vista, Conjunto I. Registro Anterior = P-3368 em 24/08/82, livro 2-1, fls 200 deste Cartório. O presente é verdade e dou-o. Bom Jesus da Lapa, 21 de fevereiro de 2000. Antônio Filipe de Almeida, C.P.F. nº 91A95-675-12, Oficial designado pelo juiz de Direito desta Comarca.

R-1-12.281-Bom Jesus da Lapa, 21 de Fevereiro de 2000. De acordo com a Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 10 de Fevereiro de 2000, pelo Tabelião de Notas de Rio de Janeiro - Renato Teixeira Xavier, Livro nº 044, Fls 214 e 217. O imóvel constante da presente matrícula foi adquirido pelo preço de R\$ 174.254,31 (Cento e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos). Adquirido pela Empresa Cooperativa - cooperativa rural e urbana e um centavo. Adquirido pela Empresa Cooperativa - cooperativa rural e urbana da Região do Sertão, C.P.F. nº 38.643.136/0001/92, neste ato representada por

Divanei da Silva Cardoso
Escritor Autorizado
Cartório Hallmann

REGISTRO DE IMÓVEIS

LIVRO N.º 2

REGISTRO GERAL

ANO _____

MATRICULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

sentado pelo seu Diretor Presidente Sr. Thomas Luiz Narehese, brasileiro, casado, capaz, residente domiciliado à Rua Olímpio Jacinto nº 1186, na cidade de Formosa - GO, portador do CPF nº 280.845.510-00 da Carteira de Identidade nº 794.548 55P/DF, e pelo Diretor Executivo Elton Luiz Benetti, brasileiro, casado, capaz, residente e domiciliado à Rua São Joaquim nº 445, na cidade de Formosa - GO, portador do CPF nº 331.373.150-34 e da Carteira de Identidade nº 105908864 55P/RS, compareceram a apresentação da Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa Agropecuária da Região do Piratininga LTDA, realizada em 28/02/97, e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, cartório o registro em 07/04/97, sob nº 1532759, Protocolo 970619740 aos autos do Pignus de Partilha, a qual ficou arquivada no Tabelionato de Rio de Janeiro de Santa na-Bahia. Transmitemente - A Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Francisco CODEVASE, empresa pública, criada nos termos da Lei nº 6088, de 16 de julho de 1974, inscrita no CAC/UF sob nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, neste ato representada pelo seu Superintendente da Superintendência Regional, Sr. Sérgio Antônio Coelho, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, CPF nº 235.919.276-00, Delegado de Competência Contida na Decisão nº 280 de 04 de junho de 1996, que foi apresentada e ficou arquivada no Tabelionato do Cartório de Tabelião de Rio de Janeiro de Santa na-Bahia. O registro e a validade e o dou. J. Bom Fim da Loja, 21 de Fevereiro de 2000. Domicílio de São Paulo - SP nº 21.745.675-72 Oficial de Registro de Imóveis Luiz de Almeida Costa. Reg. nº 6088/12/883.

R-2-12281. Bom Fim da Loja, 29 de julho de 2002. De acordo com a Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 28 de junho de 2002 pelo Tabelião de Notas de Rio de Janeiro de Santa na-Bahia, Renato Vieira Xavier, Fls. 203 e 204. Livro nº 2050. (Domicílio constante da presente Matrícula, foi adquirido pelo preço de R\$ 210.681,42 (Duzentos e dez mil seiscentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos). Adquirante - A Empresa Agropecuária Jante Grande Ltda. (CNPJ) nº 04563849/0001-24, neste ato representada pelo (s) seu(s) sócio(s) Sr. Luiz Gallert, brasileiro, maior, casado, agricultor, portador do CPF nº 573.956.400-04, RG nº 303645688-1 55P/RS, e/ou Sr. Dilson Wanderlei Sott Gallert, brasileiro, maior, casado, agricultor, portador do CPF nº 008987606-74 RG nº 4-8390.969 55P/MG, residentes e domiciliados na Rua Joias nº 79, Jaiaramas, município de Estremoz - MG, e como bedente Amante a Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Francisco e do Paranaíba - CODEVASE, Empresa Pública, criada nos termos da Lei nº 6088, de 16 de julho de 1974, inscrita no CAC/UF sob nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, neste ato representada pelo seu Superintendente Regional de 25/RS, Sr. Sérgio Antônio Coelho, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, CPF nº 235.919.276-00, Delegado de Competência Contida na Decisão nº 280 de 04 de junho de 1996 que foi apresentada e ficou arquivada no Cartório do Tabelião de Rio de Janeiro de Santa na-Bahia. Transmitemente - A Empresa Cooperating - Cooperativa Agropecuária da Região do Piratininga Ltda. (CNPJ) nº 38.643.136/0001-72, neste ato representada por sua administração no Livro 2 - RL, fls. 184.

Divaneida Silva Cardoso
Escriturante Autorizada
Cartório Mallmann

REGISTRO DE IMÓVEIS

LIVRO N.º 2 BL

REGISTRO GERAL

ANO 2002

MATRICULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Antônio Paulo Tonelli (sócio-gerente (Ltda), Diminuído constante da presente Ua-
tência, foi gerado em hipoteca cédula de primeira mão e para do Banco
do Brasil S/A, como garantia de empréstimo FINANCIADOR-Banco do Brasil
S/A TITULO: Cédula Rural Negociável e Hipotecária VENCIMENTO: em 15
de julho de 2013. VALOR: R\$ 145.343,00 (cento e quarenta e cinco mil, trezen-
tos e quarenta e três reais). Declaração Especial- Liberação Recursos. Declara-
ção do cliente (a) de que o documento dos recursos de que trata a presente
Cédula Rural Negociável e Hipotecária em favor do Banco do Brasil S/A,
está no dependência de sua efetiva liberação para alocação, exten-
do, pois, o mesmo Banco, isento de qualquer responsabilidade por não
cumprimento dos respectivos compromissos financeiros. O ob-
rigado, na conta vinculada ao presente financiamento, bem como o
saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva de 21%
(Dois) Inteiros e Setecentos e Cinquenta Milésimos) partes percentuais ao ano
(ano de 365 dias) calculados por dias corridos), referidos juros, durante o período
de carência, serão capitalizados semestralmente, sempre na data 15 de ca-
porados a o capital exigível semestralmente juntamente com as parcelas
de principal proporcionalmente aos seus valores nominais e após o
período de carência durante o período de amortização, exigidos integramen-
te, na data do débito no vencimento e na liquidação da dívida, observan-
do o disposto nas cláusulas "Processamento e Liberação de Dívida" e "Venci-
mento em Dias Feriados". Inadimplência - Em caso de descumprimen-
to de qualquer obrigação legal ou convencional ou no caso de vencimento
antecipado de obrigação, serão exigidos a partir do inadimplimento e
sob o valor inadimplido os encargos financeiros acima, em substitui-
ção aos encargos de normalidade previstos. A) Comissão de Permanência
à taxa de mercado do dia do pagamento, nos termos da Resolução 1.129 de
15.05.1986 do Conselho Monetário Nacional, art 8 da Lei 9.138 de 29.11.1995 e
Resolução 2.886 de 30.08.2001 do Conselho Monetário Nacional. B) juros mor-
tórios à taxa efetiva de 1% (um percento) ao ano. C) multa de 2% (Dois
percentos) calculada e exigível nas datas dos pagamentos, sobre os valores em
atraso e serem parcialmente pagos e na liquidação do saldo devedor, sobre
o montante inadimplido. Substituição de Encargos Financeiros - Em caso
de desclassificação e exclusão do financiamento do crédito rural, os encargos
financeiros descritos na cláusula "Encargos Financeiros" serão recalculados desde
a data da irregularidade, a partir da por BACEN (Banco Central do Brasil) e
a data de vencimento antecipado ocorrido por força da desclassificação da
operação conforme os encargos financeiros acima em substituição aos en-
cargos de normalidade previstos. I) o recálculo dos encargos financeiros se-
rá efetuado com base na taxa de 1% (um percento) ao ano. II) a taxa média ajustada do Fi-
nanciamento Diária a ser usada no Sistema Especial de Liquidação e Caba-
lização SELIC, divulgada pelo Banco (continuação no livro 2-B 35/12.8

Divane da Silva Cardoso
Escritor Autorizada
Cartório Mallmann

Scanned by CamScanner

LIVRO N.º 2132

REGISTRO GERAL

ANO 2005

MATRÍCULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL/Continuação

do livro 2-BL fl. 184v, sob nº R-3-12281) pelo Banco Central d. Brasil (BACEN),
 em carta que vem a substituir-la, II) sobre o valor estimado e juros incidentes
 ainda, a polígrafo de 2,5% (dois e meio por cento) efetivos ao mês; III) os encargos
 financeiros ora referidos serão calculados pelo critério de dias ínter e respectos
 (ter) dias, com Dias Finais - toda vencimento de prestação de amortização de
 principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados não
 mais, inclusive os feriados, será, para todos os fins e efeitos, desobrigado
 o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esse dia,
 e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular
 de amortização e cálculo encargos de amortização, necessariamente a liberação de Din
 da - Estar (amor) ciente (s) de que a liberação do principal e encargos será
 feita mediante Aviso de liberação e perdido pelo Banco do Brasil com auto
 quitação de minhas (nossas) obrigações nas datas de vencimento. O não
 recebimento do Aviso de liberação não me (nos) eximirá da obrigação de
 pagar ao Banco do Brasil as prestações do principal e encargos nas datas
 estabelecidas neste título. Forma de pagamento - Sem prejuízo do vencimento
 retroestipulado e das exigibilidades previstas nas demais cláusulas in
 dutive de encargos financeiros e dívida resultante deste instrumento,
 após o período de carência, será paga em 14 (quatorze) prestações semes
 trais, vencendo-se a primeira em 15/01/2007 e a última em 15/02/2013,
 correspondendo cada uma delas nas datas de seus respectivos vencimentos
 ao resultado da divisão do saldo devedor, incluídas eventuais parcelas ex
 gidas - pelo número de prestações a pagar. Qualquer recebimento das prestações
 ou dos prazos estabelecidos constituirá plena liberação, que não afetará de
 forma alguma as datas de seus vencimentos ou as demais cláusulas e
 condições deste Instrumento de crédito, nem importará modificação ou mo
 dificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora
 imputando-se os pagamentos do débito pelo recebimento obrigatoriamente
 na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios,
 comissão de permanência, outros acessórios do débito, principal ven
 cido e principal vincendo. A quitação da dívida resultante deste instu
 mento de crédito dar-se-á após a liquidação do saldo devedor de (s) par
 cels (s) referida (s) na cláusula forma de pagamento antes descrita. Bra
 ça de pagamento - O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) na praça de
 emissão deste título. Vencimento extraordinário/Antecipado. Debramo
 nos cientes de na falta de pagamento ou de cumprimento de qualquer das
 obrigações por minha (nós) assinadas ou por terceiros e assinadas
 o Banco do Brasil S.A., por este ou outro instrumento, ou de acordo confor
 me o caso, o pleiteio ou a liquidação judicial ou extra-judicial do de
 vido (os), ou ainda no ocorrência de quaisquer hipóteses legais de venci

Divanei da Silva Cardoso
 Escrevente Autorizada
 Cartório Mallmann

REGISTRO DE IMÓVEIS

LIVRO N.º 2 B V

REGISTRO GERAL

ANO 2005

MATRÍCULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

mento antecipado da dívida, poderá o Banco, independente de ratificação, considerar vencido antecipadamente, de pleno direito esta e os demais títulos e créditos do(s) Devedor(es) e exigir o total da dívida dele resultante. Desclassificação - Declaro-me (sou-mos) ciente(s) de que a desclassificação das normas do crédito rural, decorrentes da Lei de concessão dos CANCELAS, Monotômico Nacional ou do Banco Central do Brasil, poderá, sem prejuízo de outras implicações legais ou comencionais, acarretar cumulativamente: a) multa (morte) interpelada formalmente das irregularidades verificadas; b) a desclassificação e exclusão da incidência de financiamento do crédito rural; c) a incidência de LDF, cuja cobrança devida já abrangia (somos) o débito da conta vinculada e aplicação, Aplicação Irregular do crédito - Sem prejuízo das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" da Comissão do Ministério Público para os efeitos da Lei nº 2.492 de 16/06/96, orem o vencimento antecipado de todos os juros e encargos, com exigibilidade de dívida e imediata restituição de qualquer desembolso na hipótese de não realização do projeto objeto do financiamento, assim como de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista neste instrumento, o que nos sujeitamos a multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o montante dos recursos não aplicados no prazo e justiça, substituindo os encargos pactuados na cláusula "Encargos Financeiros" pela aplicação, sobre o saldo devedor já acrescido de multa de 10% ora admitida, do percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) dos certificados de Depósitos Interbancários - CDI, informado pela CETIP, pela CETIP verificados no período de inadimplência, percentual esse que será acrescido do spread de risco de 3000% (Três) pontos percentuais ao ano, a partir da(s) data(s) em que os recursos nos foram liberados até a data da efetiva liquidação do débito total de Remissão - Para remissão do(s) bem(s) vinculados(s) é garantia deste título, obrigo-me (somos) a recolher 100% (um por cento) do valor do(s) bem(s) a ser liberado, acrescido ainda de todos os encargos, proporcionais ao valor amortizado, até a data de remissão. Denúnciação de Assistência Técnica - Declaro-me (somos) ciente(s) de que a remuneração relativa a execução dos serviços de orientação técnica com o per (morte) conta e que esse valor é contemplado no presente financiamento. Base para esse cálculo é o original da seguinte forma: I) 2,0 por cento do valor do empréstimo original (eis) no ato de abertura do crédito; II) 2,0 por cento do valor original (eis) em 31 de dezembro, em 15/02/2013 ou na liquidação de dívida, se antecipada, incidente(s) sobre o saldo de conta vinculada, após o primeiro ano de vigência do empréstimo, e o(s) dos recursos próprios aplicados no empreendimento. Para ficar mais clara esta cláusula que se refere de cláusulas e rendimentos, cessão, transferência ou qualquer forma de gozo dos bens constituintes do

Divani da Silva Cardoso
Escritor Autorizada
Cartório Mallmann

Scanned by CamScanner

REGISTRO DE IMÓVEIS

129

LIVRO N.º 2 B3V

REGISTRO GERAL

ANO 2005

MATRÍCULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

garantia em favor de terceiros, sem a prévia e exclusiva do credor, com o vencimento antecipado do crédito obrigatório Especial Garantia - Obrigação (como nos), se a garantia vier a cair em nível inferior a 2000% (duas mil e quinhentas por cento) percentuais do valor do saldo devedor deste financiamento, por qualquer razão, inclusive em decorrência de alteração do valor devedor motivada por delito(s) de caráter financeiro e diligenciar no prazo máximo de 05 (cinco) dias, no sentido de restabelecer aquele nível, promovendo, para esse efeito, o necessário reforço de prestação, sob pena de vencimento antecipado da dívida independentemente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial. Lesão de Crédito - Fica o Banco do Brasil S.A., autorizado, a qualquer tempo, e sem ônus, a transferir, ceder, alienar o crédito oriundo deste instrumento, bem como, ceder os direitos, títulos, garantias e interesses seus e terceiros, na forma regularizada pelo Conselho Monetário Nacional. O referido é verdade e deu-se o Bônus do Lapa, 23 de setembro de 2005. Dânis Afonso de Silva, C.P.F. nº 111.791-678-7. Oficial designado pelo Ministério de Justiça desta Comarca da f.n. 186849

R-4-12.281. Bom Jesus da Lapa, 23 de setembro de 2005. Partes e Termos da Cédula Real Agroparenética e Hipotecária 21/1005-2, emitida em Bom Jesus da Lapa - BA, 27/06/2005, pela Agroparenética Parte Grande Ltda, sediada em Bom Jesus da Lapa - BA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.563.849/0001-24, (c) Antônio Vicente Pascoal (sócio - cotista (Ltda)) (c) Erci Voigt Pascoal (sócio - cotista (Ltda)), por ela (s) emitente (s) Fruticultura e Agroparenética Seibel Ltda, sediada em Bom Jesus da Lapa - BA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.382.472/0001-08, (c) Pedro Seibel (sócio - cotista (Ltda)) (c) Lúcia Marli Saifert Seibel (sócio - cotista (Ltda)), Fruticultura e Agroparenética Saifert Ltda, sediada em Bom Jesus da Lapa - BA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.382.459/0001-40, (c) Pedro Seibel (sócio - cotista (Ltda)) (c) Wilson Saifert (sócio - cotista (Ltda)), Frutinha Agroparenética Ltda, sediada em Bom Jesus da Lapa - BA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.382.559/0001-72, (c) Jeorgini Ferreira (sócio - cotista (Ltda)) (c) Glendiane da Silva Ferreira (sócio - cotista (Ltda)), Agroparenética Part 3 Tello Ltda, sediada em Bom Jesus da Lapa - BA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.382.506/0001-56, (c) Denise Ruiz Jantsch (sócio - cotista (Ltda)) (c) Raul Cesar Jantsch (sócio - cotista (Ltda)), cas. Antônio Vicente Pascoal brasileiro casado agricultor, residente e domiciliado em Rua Felipe Teófilo 180, Centro, Fátima - MG, CPF: 253.929.640-82 brasileiro de identidade nº 50126400245 SP-RS, emitida em 16/02/1988, (c) Erci Voigt Pascoal brasileira casada servidora pública municipal de maior, residente e domiciliada em Rua Felipe Teófilo 180, Centro, Fátima - MG, CPF: 942.402.250-49 (c) Antônio de Almeida de nº 9050925511 - SSP-RS, emitida em 17/10/1988. Finconelli Agroparenética Ltda, sediada em Bom Jesus da Lapa - BA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.382.439/0001-70, (c) Maria de Fátima Dornelas de Menna Tomelli (sócio - cotista (Ltda)).

Divanei da Silva Cardoso
Escritor Autorizada
Cartório Mallmann

REGISTRO DE IMOVEIS

LIVRO N.º 2 B2V

REGISTRO GERAL

ANO 2005

MATRÍCULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

(c) Antonio Raul Tonelli (Sócio-Gerente (Bde), Viúva e constante da presente Matrícula, por habido em hipoteca cedular de segunda grau a favor do Banco do Brasil S/A, como garantia de empréstimo FINANÇIA DOB- Banco do Brasil S/A TÍTULO- Bóveda Rural Pignoratícia e Hipotecária VENCIMENTO- Em 15 de julho de 2013 VALOR- R\$ - 200.000,00 (Duzentos mil reais). Declaração Especial- Liberação Recursos- Declaração (como-mor) ciente (s) de que o desembolso dos recursos de que trata a presente Bóveda Rural Pignoratícia e Hipotecária por parte do Banco do Brasil S/A, está na dependência de sua efetiva liberação por parte do Banco do Brasil S/A, e, mesmo Banco, idêntico de qualquer responsabilidade pelo descumprimento dos respectivos encargos financeiros. Os valores lançados na conta vinculada ao presente financiamento foram o saldo devedor do documento sobrando incidência de juros à Taxa efetiva de 17,50% (Dito Interiores e Setecentas e Cinquenta Milésimos) por cento anuais (ano de 365 dias), calculados por dias corridos, referidos juros, durante o período de carência, sendo capitalizados semestralmente, sempre no dia 15, incorporados ao capital e exigidos semestralmente juntamente com as parcelas de principal, proporcionalmente aos seus valores nominais e após o período de carência, durante o período de amortização exigido integralmente, na data do débito, no vencimento e na liquidação do dívida observando o disposto nas cláusulas "Baseamento e Liberação de Dívida" e "Vencimento em Parcelas" e "Inadimplimento - Banco de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional ou no caso de vencimento antecipado de operações, serão exigidos, a partir do inadimplimento e sobre o valor inadimplido os encargos financeiros acima estipulados substituídos os encargos de normalidade postulados. A) Comissão de Rescisão 11,25 e 15.05 1986, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da Resolução 29.11.1995 e Resolução 1886 de 30.08.2001 do Conselho Monetário Nacional. B) Juros moratórios e taxa efetiva de 1% (um por cento) ao ano. C) multa de 2% (Dois por cento) calculada e exigida nas datas dos pagamentos sobre os valores em atraso e serem parcialmente pagos e na liquidação do saldo devedor, sobre o montante inadimplido. Instituição de Encargos Financeiros- Em caso de descumprimento e exclusão do financiamento de crédito rural os encargos financeiros descritos na cláusula "Encargos Financeiros" serão recalculados desde a data da irregularidade, e fixados pelo BACEN (Banco Central do Brasil) até a data do vencimento antecipado ocorrido por força de descumprimento da operação conforme os encargos financeiros acima, em substituição aos encargos de normalidade postulados. D) Recalculo dos encargos financeiros será efetuado com base na Taxa Média Apurada dos Financiamentos Diários e fixados no Sistema Especial de Liquidação Custódia - Taxa SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), ou outra que venha a substituí-la; E) Sobre o valor acima e período incerto, ainda

Divanei da Silva Cardoso
Escrevente Autorizada
Cartório Mallmann

Scanned by CamScanner

REGISTRO DE IMÓVEIS

130

LIVRO N.º 2 B3V

REGISTRO GERAL

ANO 2005

MATRÍCULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

a percentagem de 2,5% (dois e meio por cento) efetivos ao mês. III) os encargos financeiros e os referidos serão calculados pelo critério de dias úteis e exigidos nos pagamentos parciais e na liquidação de obrigações. Vencimentos em Dias Úteis - todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será feita todos os fins e feitura, desbando para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de capitalização e cálculo dos encargos de operação. Incidência e cobrança de Divida - Etena (anos) cento (1) de que a cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo Banco do Brasil, com antecedência, pelo qual o (mês) será informado o montante necessário à liquidação de minhas (nossas) obrigações nas datas devidas. O não recebimento do Aviso de Cobrança não me (nos) exime de obrigação de pagar ao Banco do Brasil as prestações de principal e encargos nas datas estabelecidas neste título. Forma de Pagamento - Sem prejuízo do vencimento estabelecido e das responsabilidades previstas nas demais cláusulas, inclusive de encargos financeiros e dívida resultante deste instrumento, após o período de carência, será pago em 12 (Doze) prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 15/04/2008 e a última em 15/07/2013, compreendendo cada uma delas, nas datas de seus respectivos vencimentos, os resultados da divisão do saldo devedor - deduzidas eventuais parcelas exigidas - pelo número de prestações a pagar. Qualquer recolhimento das prestações fora das prazos e vencidos constituirá mera tolerância, que não afetará de forma alguma as datas de seus vencimentos nas demais cláusulas e condições deste Instrumento de Crédito, nem importará necessidade ou modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora, imputando-se ao pagamento do débito o valor recolhido obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, comissão de permanência, outros e correções de juros, principal vencido e principal vincendo. Aquitação da dívida resultante deste Instrumento de Crédito dar-se-á após a liquidação do saldo devedor de (1) parcela (1) referida (1) na cláusula - Forma de Pagamento antes descrita. Forma de Pagamento - (1) (1) pagamento (1) será (1) efetuado (1) na praxe de emissão deste título. Vencimento extraordinário/Antecipado - De acordo com (cento (1) de) cento de na falta de pagamento ou descumprimento de qualquer das obrigações por mim (nos) assumidas ou que venham a assumir com o Banco do Brasil S.A. por este ou outro instrumento, ou ocorrendo, conforme o caso, o pleito em a liquidação judicial ou extra-judicial do (1) devedor (es) ou ainda na ocorrência de quaisquer hipóteses legais de vencimento antecipado de dívidas, poderá o Banco, independentemente de notificação, considerar

Divanei da Silva Lardoso
Escritório Autorizada
Cartório Mallmann

REGISTRO DE IMÓVEIS

LIVRO N.º 232

REGISTRO GERAL

ANO 2005

MATRÍCULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

...do antecipadamente, de pleno direito, este e os demais instrumentos
crédito do (s) Devedor(es) e origin a total da dívida deles resultantes. Des-
classificação- Declaro-me (como-mor) ciente (s) de que o devedor pro-
mista das normas do crédito rural decorrentes de lei (n) dita de lei ou
de normativas do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do
Brasil, poderá, sem prejuízo de outras implicações legais ou conven-
cionais, acumular cumulativamente: a) multa (morso) interpela-
ção formal acerca das irregularidades verificadas, b) a desclassificação
e exclusão do financiamento do crédito rural, a) e a incidência de
IOF, arge cobrança, d) e já autuado (como-mor) a débito da conta vincu-
lada e a operação. Aplicação Irregular do crédito - sem prejuízo das (hipó-
teses) de aplicação das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "Disposições
Aplicáveis aos Contratos do BNDES" e da comunicação ao Ministério Cu-
lício, para os efeitos da Lei nº 2.452, de 16/06/1986, ocorrerá o vencimento
antecipado de todas as novas obrigações, com a exigibilidade da dívida
e imediata sustação de qualquer desdobramento, na hipótese de não re-
ligação do projeto objeto do financiamento, assim como de aplicação
dos recursos concedidos em finalidade diversa da qual foi prevista neste
instrumento, o que nos sujeitará a multa de 10% (dez por cento) inci-
dente sobre o montante dos recursos não aplicados na forma ajustada,
substituindo os encargos pactuados no cláusula "Encargos Financeiros"
pela aplicação, sobre o saldo devido, já acrescido da multa de 10% ora
admitida, do percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) dos bene-
fícios de Depósitos Interbancários - CDI, informados pela CETIP, verifi-
cados no período de inadimplemento, percentual este que será acrescido
do spread de risco de 5000% (cinco) pontos percentuais ao ano a partir
da (s) data (s) em que os recursos nos foram liberados, até a data de opti-
va liquidação do débito, b) de Remissão - Para remissão do (s) bem (ns)
vinculo do (s) e garantia deste título, obrigo-me (como-mor) a recolher 100%
(cem por cento) do valor do (s) bem (ns) e liberação, acrescido, ainda de todos
os encargos, profissionais ao valor, e amortizado, até a data de remi-
ção Remuneração de Assistência Técnica: Declaro-me (como-mor) ciente (s) de
que a remuneração relativa execução dos serviços das entidades de orientação
técnica comers por multa (morso) conta e que, d) e que esta multa
está contemplada no presente financiamento. Base custo será calculado e
exigível da seguinte forma: I) 20 por cento do valor do argumento exigível (eis) no
do da abertura do crédito; II) 20 por cento ao ano, exigível (eis) em 30 de junho,
31 de dezembro, em 15/07/2013 ou na liquidação da dívida, se antecipada inci-
dade (s) sobre os saldos da conta vinculada, após o primeiro ano de vigên-
cia da operação, acrescido (s) dos recursos próprios aplicados no empreendimento.
Para Garantia - Fica estabelecido que nos casos de alienação, arrendamento,
cessão, transferência ou qualquer forma de gozo me dos bens constitutivos

Divane da Silva Cardoso
Escritor Autorizada
Cartório Mallmann

REGISTRO DE IMÓVEIS

131

LIVRO N.º 2 B V

REGISTRO GERAL

ANO 2005

MATRÍCULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

de garantia em favor de terceiros, sem a prévia anuência do credor, o comen-
to o vencimento antecipado do crédito obrigação especial - garantia - Obrigação me-
nos) e a garantia vier a cair em nível inferior a 200,00% (duzentos inteiros
por cento) do valor do saldo devedor deste financiamento, por qualquer
razão, inclusive em decorrência de elevação do saldo devedor motivada por
aditivo (s) de encargos financeiros a diligenciar no prazo máximo de 15 (cin-
co) dias, no sentido de restabelecer aquele nível, pagando, para esse fim,
o necessário reforço de garantia, pela pessoa de vencimento antecipado
de dívida, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extra-
judicial, cessar de crédito - Fica o Banco do Brasil S.A., autorizado, a qual-
quer tempo, e lugar, transferir, ceder, encerrar o crédito oriundo deste instu-
mento, bem como, ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses sus-
tanciais, na forma regularmente pelo Conselho Monetário Nacional. O re-
ferido é verdade e deu fé. Bom Jesus da Lapa, 13 de setembro de 2005. Dânis Filipe
de Silva, CPF nº 151.795.675-73, Oficial designado pelo Ministério de Justiça desta Co-
munidade. baf nº 186842

AV-5-12.281 Bom Jesus da Lapa, 11 de janeiro de 2008. Esta referida matrícula nº
R-3-12.281, foi liquidada em 09/01/2008, foi conforme autorização do Banco do
Brasil S/A. A qual a dívida autorizada fica arquivada em Cartório. O re-
ferido é verdade e deu fé. Bom Jesus da Lapa, 11 de janeiro de 2008. Dânis
Filipe de Silva, CPF nº 151.795.675-73, Oficial designado pelo Ministério de Justiça desta Co-
munidade. baf nº 111207.

AV-6-12.281 Bom Jesus da Lapa, 11 de fevereiro de 2008. Esta referida matrícula nº
R-4-12.281, foi liquidada em 11/02/2008, conforme autorização do Banco
do Brasil S/A. A qual a dívida autorizada fica arquivada em Cartório.
O referido é verdade e deu fé. Bom Jesus da Lapa, 11 de fevereiro de 2008.
Dânis Filipe de Silva, CPF nº 151.795.675-73, Oficial designado pelo Ministério de Justiça desta Co-
munidade. baf nº 399162.

R-7-12.281 Bom Jesus da Lapa, 19 de março de 2008. De acordo com a Escrita
na Pública de Troca e outras Avenças datada em 28 de julho de 2006 pelo
Tribunal de Tópicos da Comarca de Riochade Santana, Renato Vieira Pa-
rreira Filho nº 60 fls. 284 e 285. O imóvel constante da presente Matr-
cula, retorne ao Patrimônio da Companhia de Desenvolvimento
dos Povos do São Francisco e do Parnaíba - Codersaf, empresa pública
criada nos Termos da Lei nº 6088/74 inscrita no CNPJ nº 08.000.399.
557/0001-26 com sede no setor de grandes Áreas, Rte. Quilômetro 601, Lote
I, Brasília - DF, sendo a representação pelo Superintendente Substituto
da 2ª/SR, o Sr. José Humberto Oliveira Santos, brasileiro, casado, Economis-
ta, CPF nº 110.022.865-68, Decisão nº 468/2006, da Presidência da Codersaf, tudo

Divanei da Silva Cardoso
Escritor Autorizada
Cartório Mallmann

REGISTRO DE IMÓVEIS

LIVRO N.º 2BV

REGISTRO GERAL

ANO 2005

MATRÍCULA N.º

DATA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

nos termos do art. 1166 do Código Civil, da Lei nº 6.662/79 do Decreto nº 89/49
6/84 e da Resolução nº 240 de 13 de junho de 2006, da Diretoria Executiva
da Codevasf. O referido é verdade e dou-lo. Bem Jesus da Lapa, 19 de março
de 2008. Flávia Filiz de Siqueira, CPF nº 11.791.675-12, Oficial designada pelo MM. Juiz de Vi-
ficação desta Comarca. Vaf. n.º

Divanei da Silva Cardoso
Escrevente Autorizada
Cartório Mailmann





CARTÓRIO MALLMANN
EM BRANCO

CARTÓRIO MALLMANN
EM BRANCO

CARTÓRIO MALLMANN
EM BRANCO

CARTÓRIO MALLMANN
EM BRANCO